

EDITORIAL

DOSSIÊ: DIVERSIDADE, VARIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUAS NO BRASIL

Diversidade e variedade são palavras-chave nos documentos norteadores de políticas públicas para o ensino de línguas no Brasil, a exemplo de Parâmetros Curriculares Nacionais e Programa Nacional do Livro Didático, e que se refletem nas avaliações oficiais em larga escala, como Prova Brasil, Provinha Brasil, Saeb e Enem. Tais conceitos têm impacto direto nas práticas de leitura e escrita na sala de aula, na medida em que o professor tende a se ajustar (ou a se apropriar), não necessariamente ao que preconizam os documentos oficiais, mas ao formato das avaliações oficiais, visto que seus resultados compõem indicadores, como são os casos do Saeb e da Prova Brasil, os quais são computados no cálculo do Ideb, ou os resultados são utilizados para acesso a outro nível, como é o caso do Enem.

Tal cenário releva a importância de se discutir o impacto dessas avaliações na prática docente, motivo pelo qual propomos este dossiê, que abriga estudos que correlacionam os impactos da diversidade e da variedade no ensino de línguas (materna, adicional, estrangeiras), conforme preconizados nos documentos norteadores de políticas públicas, aos instrumentos de implementação dessas políticas públicas, como livros didáticos, provas de avaliação oficial, etc., e à prática de sala de aula. Nossa contribuição, com este dossiê, a partir do delineamento do tratamento dado por estes instrumentos e pelos documentos norteadores, é fomentar a reflexão de estratégias para o aprimoramento da abordagem do professor em sala de aula.

Construir espaços para a discussão destes impactos é essencial; um desses espaços foi o GT Diversidade, variedade e políticas públicas para o ensino de línguas no Brasil, realizado no I Simpósio de Glotopolítica e Integração Regional, na Universidade Federal da Paraíba, de 18 a 20 de novembro de 2015. Ampliando

a discussão, propomos este dossiê, composto por nove textos, representativos de diferentes realidades do Brasil e contemplando o tratamento da diversidade nos documentos oficiais, em avaliações e na prática pedagógica.

Em “Diversidade linguística e multilinguismo em documentos norteadores de políticas para o ensino de línguas no Brasil”, Cibele Krause-Lemke tem por objetivo responder a seguinte pergunta: os textos reguladores desenvolvidos sobre o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil contemplam as realidades multilíngues ou a diversidade linguística?

Para tentar respondê-la, a autora traça um panorama a respeito de como os documentos norteadores de políticas para o ensino de línguas no Brasil, publicados entre 2000 a 2008, abordaram esta temática e conclui que, embora a discussão sobre a diversidade linguística e multilinguismo apareça nos textos reguladores mais recentes, estes conceitos ainda não estão plenamente incorporados aos grandes debates a respeito do ensino de línguas no Brasil.

Especificamente em relação à situação do inglês, o artigo “Inglês: a língua da internacionalização”, de Ana Lúcia Simões Borges Fonseca, considera o cenário da internacionalização do ensino superior do Brasil, seja na graduação ou nos programas de pós-graduação, relevando a posição de destaque desta língua, face ao espanhol, que vem se mostrando predominante na educação básica.

A reflexão crítica sobre as consequências negativas de posturas discriminatórias para o desenvolvimento linguístico do aluno é a ênfase de “Heterogeneidade linguística na sala de aula de língua materna”, de Edila Vianna da Silva e Gabriela Barreto

de Oliveira. Apoiadas na teoria sociolinguística, as autoras investigam o conhecimento dos docentes sobre a variação e o modo como exploram didaticamente conceitos, tais como mudança linguística, preconceito linguístico, noções de “certo” e “errado”, entre outros, em sala de aula de língua materna.

Em “Gêneros textuais e variação linguística na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Enem”, Sammela Rejane de Jesus Andrade e Raquel Meister Ko. Freitag, investigam como se dá uso dos gêneros textuais como suportes às questões que tratam de variação linguística na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Enem, no período de 1998 a 2012.

Ainda tratando da variação linguística, Auda Valéria do Nascimento Ferreira e Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante, em “A variação linguística e o texto dissertativo-argumentativo: discursos (in)formais”, apresentam uma análise de conteúdo das idiossincrasias de dois alunos do ensino médio (re)significadas a partir da leitura de textos dissertativo-argumentativos acerca da temática da variação linguística. Em viés mais qualitativo, as análises apontam um avanço significativo na compreensão das variedades linguísticas por parte dos dois alunos, em consonância com o que apregoam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa.

A leitura é o foco de Solange dos Santos e Leilane Ramos da Silva, em “Leitura, textos oficiais e Provinha Brasil: reflexões sobre um mesmo tema”, as autoras relevam a necessidade de estudar os documentos norteadores do ensino de leitura no Brasil e sua relação com os recursos utilizados em sala de aula.

Alinhado à temática deste dossiê, as autoras investigam como a Provinha Brasil segue as diretrizes, relacionadas ao ensino de leitura, sugeridas nos textos oficiais concernentes às séries iniciais. Após a descrição dos objetivos, os pressupostos teóricos e a metodologia da Provinha Brasil e a análise das questões dos testes 1 e 2 da edição 2013, as autoras evidenciam que

a Provinha Brasil concebe a leitura como prática social, que vai além da decodificação, abrangendo especificidades da alfabetização e do letramento.

Em “Práticas de (não) atendimento à diversidade das aprendizagens no 1º ciclo do ensino fundamental”, Solange Alves de Oliveira-Mendes evidencia uma maior diversidade das aprendizagens no 1º ciclo, na área de língua portuguesa entre as turmas de primeiro ano, se comparadas às demais, o que pode estar intimamente vinculado às singularidades dessa etapa do ciclo. Os resultados da autora sugerem que nos segundos e terceiros anos essa preocupação tende a desaparecer, dadas as expectativas que as profissionais expressavam na mudança para o ciclo seguinte, momento em que poderia haver (ou não) retenção dos alunos não alfabetizados.

Também com o foco na prática, o artigo de Alessandro da Silva, Estephane Priscilla dos Santos Mendes e July Rianna de Melo, sinaliza perspectivas de mudanças. Em “Práticas de ensino de leitura e escrita de professoras alfabetizadoras em formação”, a análise temática de conteúdo, com observação participante e a entrevista semiestruturada, evidenciou que as práticas das professoras revelavam um movimento entre as propostas do curso de formação e as ações desenvolvidas por elas em sala de aula e não uma mera repetição das orientações a que tiveram acesso.

Fechando o dossiê, em “Articulações e usos do material didático de espanhol em escolas públicas estaduais de Sergipe: (des)alinhamentos com as políticas públicas de ensino?” Valéria Jane Siqueira Loureiro e Sandro Marcio Drumond Alves Marengo discutem a relação entre os livros didáticos de espanhol do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2012, os documentos de políticas públicas que regem o ensino do espanhol no Brasil e as ações efetivas dos professores em seus contextos de trabalho. Suas conclusões apontam para um desalinhamento expressivo entre o que está escrito e o que é feito na prática no ensino de espanhol em Sergipe.

O contraste entre o que preconizam os documentos norteadores e o modo como suas ações relativas ao ensino de línguas são implementadas, seja pelas avaliações oficiais, seja pela própria prática docente, como no panorama apresentado por este dossiê, delineia um quadro de transição, com a incorporação, ainda que incipiente, de novas perspectivas para o ensino, contemplando a dinâmica da diversidade e da variedade.

Raquel Meister Ko. Freitag
(Universidade Federal de Sergipe)

Solange Alves de Oliveira-Mendes
(Universidade de Brasília)